



**Universidade Federal de São Carlos
Centro de Ciências Humanas (CECH)
Departamento de Psicologia
Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras/Língua Portuguesa**

Idris Bonilha Mateus

Surdez e Transgeneridade: Afastamentos e Aproximações.

São Carlos
2022

Idris Bonilha Mateus

Surdez e Transgeneridade: Afastamentos e Aproximações.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS / Língua Portuguesa da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, para obtenção do título de Bacharel em Tradução e Interpretação em Libras / Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof.^a Dra. Janaina Cabello

São Carlos

2022

Dedico o trabalho e a pesquisa realizadas neste texto principalmente a todos, todas e todes, militantes e ativistas que participaram e irão participar da história dos movimentos surdos e trans.

AGRADECIMENTOS

Eu determino que termine aqui e agora
Eu determino que termine em mim, mas não acabe comigo
Determino que termine em nós e desate
E que amanhã, que amanhã possa ser diferente pra elas
Que tenham outros problemas e encontrem novas soluções
E que eu possa viver nelas, através delas e em suas
memórias

(Linn da Quebrada)

Aqui explico minha sincera gratidão a minha família, todos aqueles que me incentivaram a continuar os estudos, acreditaram no meu potencial e nunca desistiram de mim. Muito obrigado aos meus pais, José Vitor e Márcia, que sempre fizeram de tudo para que eu pudesse ter as melhores oportunidades de estudos, assim como incentivaram sempre que eu estudasse e focasse nos estudos e formação acadêmica. Ambos garantiram que eu permanecesse na universidade com o foco completo nos estudos, sem me preocupar em como me manteria na universidade.

Agradeço especialmente minha tia avó e madrinha Claudete Bonilha por desde criança investir nos meus estudos, incentivar meu aprendizado e minha paixão por aprender línguas. Graças a ela cheguei ao ensino superior conhecendo duas línguas estrangeiras, espanhol e inglês, que facilitaram meu aprendizado da Libras ao longo da graduação.

Deixo minha enorme gratidão por minha amiga e alma gêmea Jeovanna Marúcio, que sempre esteve ao meu lado me apoiando e aconselhando. Sempre destacando meu potencial nos estudos. Aos meus colegas de turma deixo meu muito obrigado, em especial a Ingrid Camargo, Ester Chaves e Jéssica Moreira.

Aos professores do curso agradeço por serem parte essencial da minha formação, tanto como profissional intérprete quanto como pesquisador, dentre eles, ofereço um local especial para Janaina Cabello, por aceitar me orientar neste trabalho e me acompanhar nesta jornada que levou anos. Adiciono junto a ela o grupo de estudos GEDISP, organizado por ela, este grupo

ofereceu um local inicial para minhas reflexões que posteriormente vieram a constituir este trabalho.

Finalmente agradeço aos deuses por me oferecerem a sabedoria e o conhecimento necessário para percorrer minha jornada de evolução e formação. Em especial agradeço à deusa Afrodite por me acolher e auxiliar em meus momentos de dificuldades e ao deus Hades por me ensinar a enfrentar meus monstros interiores e superar meu nervosismo e medo de exposição.

RESUMO

A temática de interseccionalidade vem se apresentando como uma discussão emergente nos últimos anos no país, tendo como resultado um crescente aumento de publicações a respeito no âmbito acadêmico. No entanto, ainda parecem existir poucos estudos voltados para discutir os usos políticos e sociais do termo, mais especificamente, na relação entre o movimento social surdo e movimento social de pessoas trans. Devido a este fato, este trabalho realiza um estudo exploratório do tema através de levantamento bibliográfico, trazendo o conceito de interseccionalidade como ferramenta analítica, na tentativa de compreender melhor o sentido dos usos e discursos para ensaiar pontos de aproximação entre ambos os movimentos sociais que possam auxiliar na defesa e reivindicação de uma existência digna para pessoas trans e pessoas surdas. Partirei da premissa que movimentos sociais protagonizados por grupos minoritários em suas especificidades possuem pontos em comum que podem oferecer conceitos, teorias e estratégias capazes de auxiliar nas lutas enfrentadas por movimentos sociais de forma mais ampla. Acredita-se que este estudo pode se somar às discussões interseccionais já propostas, contribuindo tanto com os estudos na área dos estudos surdos, quanto com os debates de gênero com foco na transgeneridade.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Estudos Surdos. Transgeneridade. Interseccionalidade.

ABSTRACT

The theme of intersectionality has been an emerging discussion in recent years in the country, resulting in a growing number of publications about it in the academic context. Nonetheless, it still looks like there are a few studies focused on discussing the political and social uses of the expression, more specifically, in the relation between the deaf social movement and the trans social movement. Because of this fact, this paper is an exploratory study regarding this theme through bibliographic search, using the concept of intersectionality as an analytic resource, as an attempt of better understanding the meaning and the discourses to write an essay about the similarities and differences between both social movements that help the defense and claim of a dignity life for trans and deaf people. Based on the affirmation that social movements organized by minority groups regarding their specifics have similarities that offer concepts, theories and strategies capable of assisting on the struggles faced by social movements in general. This study is believed to add on the discussion of intersectionality already existing, contributing to both areas deaf studies and gender debates focused on transgenderism.

Keywords: Social Movements. Deafhood. Transgenderism. Intersectionality.

RESUMO EM LIBRAS

Link disponível em: <https://youtu.be/FscMyudpNjs>

SUMÁRIO

1	Reflexões Iniciais	10
1.1	Percurso Metodológico	15
2	Apresentação dos conceitos teóricos	18
3	O Movimento Surdo no Brasil	22
4	O Movimento Trans no Brasil	25
5	Aproximações, afastamentos: análises e algumas considerações.....	31

1 Reflexões Iniciais

Iniciarei este texto trazendo uma apresentação sobre mim e minha trajetória até o presente momento, uma vez que sendo uma pessoa trans não binária¹, questões e debates sobre o movimento LGBTQIA+² sempre estiveram presentes em minha jornada. Ao estudar a respeito do movimento surdo durante o percurso de formação no campo da tradução e interpretação Libras e Língua Portuguesa³, não pude evitar de fazer associações entre ambos os movimentos, o que gerou as perguntas as quais me proponho a refletir neste trabalho.

Ao longo dos meus estudos, tive contato com alguns autores, a exemplo de Gavério (2017), Leite Junior (2012), Skliar (2019), Sawaia (2003), que se propuseram a emprestar conceitos de diferentes movimentos sociais para somar forças em pautas de reivindicação por múltiplas existências. Esta escolha de ações desses autores me inspirou a realizar um estudo semelhante envolvendo o movimento social surdo, no qual estou inserido indiretamente através da minha formação para atuação como intérprete de Libras, e o movimento social trans, no qual pertencço como pessoa não binária.

Durante a fase inicial da organização do projeto, houve um momento de pesquisa no qual não foi possível encontrar no levantamento bibliográfico realizado um número significativo de trabalhos, publicados até agosto de 2022, que se propusessem a relacionar essas duas áreas específicas, tornando este texto um estudo exploratório sobre as dimensões dos usos políticos e sociais do conceito de interseccionalidade entre estes dois movimentos sociais. O movimento surdo historicamente passou por um ciclo de afastamentos e aproximações do movimento das pessoas com deficiência (BRITO, 2013,2016), outro fator que pode ter contribuído para esta baixa quantidade de trabalhos envolvendo a compreensão da surdez como um elemento de diferença que se constitui como mais um marcador de opressão (como raça, gênero ou classe social, marcadores que aparecem nas discussões sobre interseccionalidade), além do debate sobre pautas identitárias ser um tema relativamente recente no país. A precursora do tema no feminismo negro brasileiro foi Lélia Gonzalez, fazendo duras críticas ao

¹ Gêneros não binários dizem respeito às pessoas que não se encaixam no padrão binário de gênero Homem X Mulher, se identificando com ambos, nenhum ou fluindo entre eles, além de diversas outras posições no espectro do gênero. Para uma discussão mais adensada, consultar Ruiz (2021), Reis e Pinho (2016).

² Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Queer, Intersexuais e Assexuais e Arromânticos.

³ Trata-se do curso de Bacharelado em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa da Universidade Federal de São Carlos.

movimento negro e feminista no país, que até então trabalhava os marcadores de gênero e raça separadamente (DENARI; COLOMBO, 2021).

A interseccionalidade é compreendida como uma ferramenta crítico-analítica que visa fornecer aporte teórico para a compreensão da inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado⁴, “evitando desvio analítico para apenas um eixo de opressão.” (AKOTIRENE, s/n, 2019) e os considerando geradores de várias formas de opressões das quais diversas vezes afetam a população através do cruzamento e sobreposição de classe, raça e gênero (AKOTIRENE, s/n, 2019).

Desse modo, analisando as informações presentes em Brito (2013; 2016), é possível formular a hipótese que o movimento surdo esteve voltado, principalmente, para pautas político-econômicas e educacionais, a exemplo da luta pelo reconhecimento da Libras como meio de comunicação e expressão das pessoas surdas (Lei nº 10.436/2002 e decreto nº 5.626 de 2005). Outro exemplo de reivindicação é o do direito ao ensino bilíngue (Libras/Língua Portuguesa) para pessoas surdas em seus processos de escolarização, cuja lei foi recentemente sancionada (Lei nº 14.191/2021). Essa legislação é o desfecho das movimentações realizadas historicamente no país pela comunidade surda, conforme afirmam Campello e Rezende (2014) e que buscaram tensionar e propor um movimento mais afastado do movimento das pessoas com deficiência (BRITO, 2016).

A discussão que aborda a surdez relacionando-a ao campo mais amplo das diferenças (considerando a interseccionalidade, como citado), mostra-se como um fenômeno relativamente recente, porém já existente, conforme visto em Vieira, Caetano e Silva (2022) - através do texto intitulado “‘Flutua’ saberes, experiências e direito de existência queer surda nas discursividades de um clipe musical” - quando os autores se propõem a discutir a diferença surda em articulação com pautas de gênero (no caso, a homossexualidade masculina). Ainda no que diz respeito às publicações mais recentes, Brito, Medeiros, Bento e Rodrigues (2021), por exemplo, apresentam um trabalho que lança mão da relação da violência de gênero e raça em intersecção com a surdidade no texto “Que corpo é esse? Literatura negra surda, interseccionalidades e violências”.

Ainda nesse contexto, quando me aproximo do conceito de “sofrimento ético-político” apresentado por Sawaia (2003), considero que este seja uma importante ferramenta conceitual

⁴ atenção global para a matriz colonial moderna, evitando desvio analítico para apenas um eixo de opressão.

para auxiliar na compreensão de produções mais recentes de trabalhos no campo da surdez que passam a considerar elementos como raça, classe e gênero em articulação, ou seja, como elementos que não se manifestam ou se excluem mutuamente (COLLINS; BILGE, 2020). Desse modo, o sofrimento ético-político surge para nomear a aflição à qual indivíduos que são marginalizados em uma sociedade estão sujeitos.

Nessa direção, por exemplo, desde sua origem, o movimento social surdo vem lutando e reivindicando questões fundamentais de acesso aos direitos básicos e à cidadania, através da presença de intérpretes de Libras em diversos setores da sociedade (BRITO, 2013; 2016). No entanto, estes aspectos, embora fundamentais, não são as únicas necessidades do ser humano surdo. O acesso à cultura, as interações sociais, o senso de comunidade e a liberdade são tão fundamentais para o processo de humanização quanto os amplamente compreendidos e defendidos como básicos: alimentação, abrigo e reprodução (SAWAIA, 2003).

Suponho que a busca por amenizar o sofrimento ético-político que paira sobre as pessoas surdas, fez com que agissem em prol de uma construção identitária pautada na diferença, a princípio demarcada pela surdez (PERLIN, 2003, STROBEL, 2008), no entanto recentemente, alguns e algumas pesquisadoras (surdos/as e ouvintes) têm começado a pautar também a relação entre outras diferenças como raça, gênero ou sexualidade (VIEIRA, CAETANO, SILVA, 2022; BRITO et. al, 2021), trazendo assim uma ampliação e um reconhecimento das pautas que se interseccionam (também) no movimento surdo.

Também foram considerados, para as reflexões iniciais deste trabalho, o conceito de padrão social ou padrão hegemônico. Este padrão deriva do histórico de colonização do Brasil e seu desenvolvimento econômico, político e social. A escravidão que ocorreu fortemente no nosso país moldou um padrão de etiqueta e conduta, definindo a cor da pele e raça como marcadores de opressão e diferença (VERBICARO, 2021).

A política no país avançou segundo os ideais neoliberais, através de políticas economicistas, favorecendo os interesses de uma elite plutocrática, assim aumentando as desigualdades já existentes (VERBICARO, 2021). O liberalismo econômico busca a minimização de políticas públicas promovidas pelo Estado juntamente com o aumento da presença do Estado no campo jurídico, notadamente do controle social e repressão, proporcionando à amplificação das desigualdades e violências, não apenas física, mas também estrutural e simbólica (VERBICARO, 2021).

É nesse cenário que o Brasil se constitui e se caracteriza como um dos países mais desiguais do mundo, negligenciando a pobreza e gerando um processo de exclusão de comprometimento da qualidade de vida de milhões de pessoas. Como é dito por Verbicaro (2021), “o desenvolvimento econômico brasileiro foi historicamente perverso, porque aumentou as desigualdades estruturais” (p. 27).

Assim, conforme citado, o Brasil possui uma construção histórica pautada no preconceito, violência e opressão daqueles que não se encaixam no padrão do colonizador, europeu (de pele clara), heterossexual, cisgênero, bem como em relação àqueles que pertencem às classes mais pobres e vulnerabilizadas economicamente. O gênero adiciona uma outra camada identitária: sendo uma sociedade machista, o homem cisgênero representa o perfil hegemônico, o que acaba por vulnerabilizar mulheres, crianças e pessoas trans, de modo mais contundente.

Dessa forma, segundo um boletim disponibilizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais⁵ (ANTRA, 2021), somente no primeiro semestre do ano de 2021 foram registrados 80 assassinatos de pessoas trans, 33 tentativas de assassinatos, além de 27 violações de direitos humanos.

Os Direitos Humanos são um documento escrito e assinado pelos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), durante o período pós Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de impedir que as atrocidades praticadas ao longo da guerra se repetissem (RAMOS, 2011). O documento supracitado foi escrito em um determinado momento sócio histórico, ou seja, revela a ótica, moral e cultura de determinado momento da história (RAMOS, 2011).

Estes direitos possuem o objetivo de encarnar uma moralidade, princípios e éticas universais que podem ser adotadas por todos os países. No entanto é importante ressaltar que esses documentos foram escritos por países europeus e refletem a cultura europeia da época (RAMOS, 2011).

Observando os dados anteriormente citados, é possível perceber como muitas vezes os direitos humanos são negados aos grupos marginalizados. Este fato convida a refletir sobre a universalidade dos Direitos Humanos propostos pela Organização das Nações Unidas: estes direitos foram escritos por quem? Para quem? E quando? São perguntas necessárias para se ter

⁵ Disponível em: <https://antrabrasil.org>. Acesso em 01/06/2022.

um panorama e uma consciência maior sobre o real estado dos direitos humanos, principalmente quando se pretende olhar para grupos socialmente marginalizados.

No bojo dessa discussão, portanto, realizo uma análise de caráter autocrítico e autobiográfico sobre as minhas percepções sobre a minha experiência como intérprete de Libras em formação e que transita (de diferentes modos) entre ambos os movimentos, refletindo, ainda, sobre a função do intérprete de Libras que aqui será tratada, inicialmente, como sendo a de garantir a democratização das informações não acessíveis a determinados públicos surdos e com pouco acesso à Língua Portuguesa em ambas as modalidades (escrita e oral).

Quando pensamos na surdez como um fator de diferença (e, portanto, também como um marcador de opressão e vulnerabilidade como já salientado), não localizamos um grupo ou uma organização (assim como a ANTRA no caso das pessoas trans) que realize a sistematização de violência contra pessoas surdas. Devido à ausência de informações específicas às pessoas surdas, estendendo a pesquisa para dados acerca da violência contra Pessoas com Deficiência (PCD), até o ano de 2009 não havia nenhum órgão responsável pela sistematização dos dados sobre violência contra PCDs, de acordo com levantamento realizado por Maio e Gungel (2009). No entanto, existe o Sistema de Vigilância de Violência e Acidentes (VIVA)⁶, que busca conhecer a magnitude e gravidade de violências e acidentes e fornecer subsídios para definição de políticas públicas, estratégias e ações de prevenção, atenção e proteção às pessoas em situação de violência, aqui destaco a violência extrafamiliar contra crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas, pessoa com deficiência, indígenas e população LGBT.

Nesse sentido, apesar da falta de sistematização de dados é possível encontrar inúmeras notícias relatando violências contra pessoas surdas em diversos sites e portais de notícias, tais como *GI*⁷, *Papo de Mãe*⁸ e *Universa*⁹. Esses artigos jornalísticos informam, por exemplo, sobre o aumento da violência ou a denúncia de violência doméstica contra mulheres surdas ao longo do período de isolamento social em consequência da pandemia de COVID-19 ao longo dos anos de 2020 a 2021.

Assim, a fim de aprofundar as discussões acerca das diferenças específicas da surdidade e de gênero (no caso a transgeneridade) e as formas como ambas as diferenças podem se

⁶ Disponível em: <http://portalsinan.saude.gov.br/violencia-interpessoal-autoprovocada>. Acesso em: 13/10/2022.

⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em 28/01/2022.

⁸ Disponível em: <https://papodemae.uol.com.br>. Acesso em 28/01/2022.

⁹ Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa>. Acesso em 28/01/2022.

relacionar como camadas que se sobrepõem em modos de constituir existências singulares que, justamente por sua diferença, são vítimas de violência e opressão, realizei um percurso de levantamento bibliográfico acerca dos temas relacionados à surdez, transgeneridade e movimentos sociais, na busca pelos sentido dos usos e discursos sobre a interseccionalidade nesse contexto.

Portanto, o trabalho foi metodologicamente organizado em um movimento de cunho investigativo-exploratório. O levantamento bibliográfico constitui-se como um método de pesquisa em que, segundo Sousa, Oliveira e Alves (2021), o pesquisador pode, a partir dos conhecimentos estudados e buscados, realizar análises de forma que o auxilie na resolução de seu problema ou comprovar sua hipótese, conseguindo novos conhecimentos sobre a temática abordada. Nessa direção, a pesquisa bibliográfica não é somente uma repetição do que já foi dito, mas propicia a análise e estudo do tema sobre um novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras (SOUSA; OLIVEIRA, ALVES, 2021). Detalharei sobre o percurso metodológico adotado para a escrita do trabalho a seguir.

1.1 Percurso Metodológico

De início, dada a escolha de um tema amplo (“A intersecção entre movimentos sociais”), o tema possível de ser trabalhado foi delimitado, uma vez que “a delimitação do tema consiste em fixar limites teóricos e externos sobre o tema a ser pesquisado” (SOUSA; OLIVEIRA, ALVES, 2021, p. 71).

Após este processo, iniciei o primeiro movimento de levantamento para este trabalho. Para isso foi utilizado o *Google Acadêmico*¹⁰, uma ferramenta que auxilia na busca de literatura acadêmica como teses, dissertações, artigos, livros e outros. Para as buscas iniciais foram utilizadas as seguintes palavras chaves: interseccionalidade, movimentos sociais, movimento social trans, movimento social surdo, transgeneridade, surdez. Essas palavras-chave foram destacadas por relacionarem-se diretamente à temática abordada. Por sua vez, da relação de textos encontrados, foram escolhidos 11 textos que se destacaram através do título e palavras chaves que se associavam diretamente com o tema escolhido.

¹⁰ Disponível em <https://scholar.google.com.br/?hl=pt> Acesso em 18.10.2021.

Depois da separação dos textos, houve uma nova seleção dos trabalhos baseada nos resumos das obras, com o objetivo de avaliar se o conteúdo abordado seria de utilidade para a análise do problema proposto para a pesquisa, para tal, foi observado as discussões propostas, confirmando se havia a aplicação do conceito da interseccionalidade como ferramenta, além do ponto de vista cultural do sujeito surdo . Com os textos selecionados por assunto, iniciou-se a fase de leitura, análise e fichamento. A escolha pelo processo de fichamento dos textos se deu pelo fato das “[...] fichas facilitarem o processo da ordenação das informações no processo do desenvolvimento da redação” (SOUSA; OLIVEIRA; ALVES, 2021, p. 75-76).

As fichas foram produzidas seguindo o seguinte padrão:

Quadro 1: Modelo de Ficha (produzido por mim).

Título: O título do texto para facilitar a busca do mesmo.
Referência: A forma da referência, citação com autor incluído no texto e citação com autor não incluído no texto.
Corpo do Texto: As informações do texto, como citações, anotações e reflexões sobre a temática abordada.

Com o término da organização das informações, passou-se para a fase da redação em que se apresenta inicialmente os conceitos que foram a base da pesquisa e das reflexões propostas neste trabalho. Após a apresentação dos dados e conceitos, realizei diversas reflexões mais aprofundadas sobre possíveis aproximações e afastamentos presentes no que pautam o movimento social surdo e o movimento social trans. O texto escrito apresenta algumas características do gênero ensaio, principalmente no que se refere ao seu teor crítico, reflexivo e questionador (PAVIANI, 2009). Esse aspecto se faz presente devido à liberdade que esse gênero textual oferece, o que atende meu objetivo de, também, explorar e refletir sobre as contribuições que as discussões sobre as questões já problematizadas pelo movimento social trans e sobre a interseccionalidade poderiam contribuir no campo da diferença surda - ou seja, propor uma reflexão crítica, ao invés de propor uma explicação rígida sobre um fenômeno/evento.

Assim, buscarei adiante refletir e discutir as formas como ambos os movimentos sociais lidam com as situações de opressão e violência sofridas. Para tanto, o texto que segue foi

organizado da seguinte forma: no capítulo seguinte apresento e aprofundo alguns elementos teóricos fundamentais para a compreensão sobre como abordamos aqui a constituição e as ações dos movimentos sociais no país. Em seguida, no capítulo 3, apresento e caracterizo de forma mais específica o movimento social surdo no Brasil, suas pautas, reivindicações e ações historicamente constituídas diante das violências perpetradas pela sociedade hegemonicamente ouvinte. Já no capítulo 4, o mesmo movimento de apresentação e caracterização do movimento social das pessoas trans é realizado, com o objetivo de apresentar suas lutas, conquistas e desafios.

Por fim, no capítulo 5, realizo um exercício de aproximações, distanciamentos e discussão a respeito de como ambos os movimentos sociais podem contribuir entre si, de modo a fazer da interseccionalidade uma ferramenta também de luta política e social, algumas pautas e lutas poderiam ser colocadas em diálogo, na direção do que afirma Márcia Tiburi, quando afirma que “A interseccionalidade das lutas nos leva a pensar que toda luta é luta ‘junto com’ o outro, o companheiro, contra um estado de coisa injusto” (2018, p. 55).

2 Apresentação dos conceitos teóricos

A interseccionalidade é uma expressão que vem sendo amplamente utilizada a partir do início do século XXI, sendo que o termo foi cunhado por Kimberlé Crenshaw, jurista estadunidense em 1989, embora conceito em si seja mais antigo, surgindo do pensamento de feministas negras como Sojourner Truth em seu discurso “Não sou eu uma mulher” (KYRILLOS, 2020).

Muito se fala em relação a este conceito e existem diversas definições e formas de entender a interseccionalidade, no entanto a que será utilizada neste texto é a que define a interseccionalidade como

[...] uma importante ferramenta analítica oriunda de uma práxis-crítica em que raça, gênero, sexualidade, capacidade física, status de cidadania, etnia, nacionalidade e faixa etária são construtos mútuos que moldam diversos fenômenos e problemas sociais (BUENO, 2020 apud COLLINS; BILGE, 2020, s/n).

Como visto no trecho acima, a interseccionalidade é uma ferramenta analítica muito importante, porque permite que o estudo de um problema antes apenas visto a partir da perspectiva de gênero, por exemplo, passe a ser analisado através da intersecção entre gênero, raça e classe - dentre outras relações. As ideias do feminismo negro no Brasil são um exemplo, quando defende que “A interseccionalidade nos mostra como e quando mulheres negras são discriminadas e estão mais vezes posicionadas em avenidas identitárias, que farão delas vulneráveis à colisão das estruturas e fluxos modernos” (AKOTIRENE, s/n, 2019). Carla Akotirene (2019) apresenta a interseccionalidade como uma forma de compreender as opressões que mulheres negras estão expostas, um exemplo desta é no meio jurídico que ao serem comparadas com homens negros e mulheres brancas, neste dois casos, ambos evocam apenas uma identidade, a de negro e a de mulher, respectivamente, já no caso de mulheres negras, é necessário lançar mão da interseccionalidade, pois elas evocam o cruzamento identitário de negra e mulher, raça e gênero. A interseccionalidade é muito utilizada em diversas instituições sociais e no contexto nacional, por exemplo, citamos as universidades que aderiram ao sistema de cotas. Estes institutos se utilizam desta ferramenta para compreender e criar iniciativas de ações de permanência de alunos cotistas, em virtude de estes alunos em sua

maioria serem perpassados por diversas diferenças, sendo as principais as de raça, gênero e classe (COLLINS; BILGE, 2020). De modo mais amplo, como chave de “leitura do mundo” (FREIRE, 1996), a perspectiva interseccional permite a compreensão dos inúmeros fatores que engendram os problemas sociais que enfrentamos no cotidiano.

Um dos focos para que uma análise seja interseccional em concordância com os pensamentos de Collins e Bilge (2020), não é o que ela faz, mas sim o que ela é. Ou seja, não deve ser valorizada como um método de ação, mas sim como uma forma de observar o mundo, forma esta que é caracterizada pela relação de interdependência entre os aspectos de raça, gênero, sexualidade, classe, capacidade física, nacionalidade e faixa etária (COLLINS; BILGE, 2020).

A interseccionalidade é muito utilizada por movimentos sociais, que didaticamente são definidos como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas.” (GOHN, 2008 apud GOHN, 2011, p. 335). Isso porque, ao considerar a relação de interdependência entre gênero, classe, raça, capacidade física, entre outros (como citado), os fenômenos de opressão e assujeitamento contra os quais os movimentos sociais lutam podem ser compreendidos e debatidos de forma mais ampla a partir da chave interseccional de leitura de mundo.

Ao se organizarem, os movimentos sociais geram um sentimento de identidade e pertencimento, assim os que antes eram excluídos passam a pertencer. As ações realizadas por estes grupos não reúnem as pessoas como de uma força tarefa numérica, mas como um campo de experimentação social. Essas atividades são criadoras de inovações e criatividade socioculturais, ou seja, a ocorrência de ações e movimentos sociais gera através da interação das pessoas que os compõem uma criação de saberes e conhecimentos (GOHN, 2011). Aqui não me limitarei aos saberes formais e acadêmicos, pensando também em saberes informais gerados através da interação de diferentes grupos em diferentes espaços/contextos sociais.

Definições já clássicas apontam como características básicas de um movimento social a posse de uma identidade, a existência de opositores e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e sociedade. Ou seja, estas atividades possuem como base um estilo de vida que é caracterizado pelas vivências compartilhadas por seus integrantes, que geram uma sensação de identidade entre o grupo (GOHN, 2011).

Atualmente, estes grupos se manifestam e agem através das mídias sociais, locais, nacionais, internacionais ou transnacionais, desta forma possuem um agir dito comunicativo. Através destas redes digitais e da comunicabilidade buscam realizar um diagnóstico sobre a realidade social e construir propostas. Criam ações coletivas em resistência à exclusão social e lutam pela inclusão. Essas ações “constituem e desenvolvem o chamado *empowerment* de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede.” (GOHN, 2011, p. 336).

Historicamente os movimentos sociais contribuíram para a organização e conscientização da sociedade apresentando demanda através de mobilizações. Não só surgem de maneira reativa, podendo surgir motivados pela reflexão sobre sua própria realidade. Na atualidade demonstram um ideal civilizatório, buscando a construção de uma sociedade democrática. Nessa direção, como explicitado por Gohn (2011),

Hoje em dia, suas ações são pela sustentabilidade, e não apenas autodesenvolvimento. Lutam contra a exclusão, por novas culturas políticas de inclusão. Lutam pelo reconhecimento da diversidade cultural. Questões como a diferença e a multiculturalidade têm sido incorporadas para a construção da própria identidade dos movimentos. (GOHN, 2011, p. 336)

Portanto, a partir das palavras de Gohn (2011), destaco os pontos cruciais para o desenvolvimento deste texto, haja vista que os movimentos que serão estudados adiante pautam-se na luta e resistência e buscam um reconhecimento de diversidade cultural para que possam experienciar uma vida digna. Nesse sentido, conforme apontam Rios, Perez e Ricoldi (2018), é importante salientar que no país, “os estudos nacionais se concentraram mais no termo [interseccionalidade] enquanto categoria analítica, sem se deter ao uso político e social da mesma” (p. 36). As autoras buscam expor, de forma mais ampla, a “emergência de uma nova geração de ativismo portadora de nova linguagem contenciosa, que passa a expressar de forma mais evidente as articulações entre o feminismo e o antirracismo com vistas a problematizar as múltiplas formas de opressão social” (RIOS; PEREZ; RICOLDI, 2018, p. 36), de forma a também inspirar as aproximações realizada neste trabalho às articulações entre classe, raça e gênero (principalmente) e a surdez, problematizando as múltiplas formas de opressão social as quais as pessoas surdas e trans estão sujeitas atualmente no país.

Assim, a seguir, apresento ambos os movimentos sociais para em seguida poder realizar uma articulação teórica de aproximação (e também afastamentos) entre ambos, visando contribuir para fomentar a discussão sobre o uso político e social do conceito de interseccionalidade também ao movimento social surdo, identificando o ouvintismo como uma das múltiplas formas de opressão social - assim como raça, classe e gênero, por exemplo.

3 O Movimento Surdo no Brasil

O movimento social surdo é composto por relações sociais envolvendo principalmente pessoas surdas, grupos e organizações de surdos e ouvintes apoiadores (como familiares, professores, simpatizantes e profissionais intérpretes de Libras), sendo que se entende por pessoas surdas aquelas que possuem alguma perda auditiva parcial ou completa, marcados principalmente pela diferença linguística, sendo elas oralizadas, sinalizantes ou bilíngues. Este movimento surgiu no Brasil no início da década de 1980, enquanto o país passava por um clima de reestruturação de movimentos de diversos setores da sociedade (como trabalhadores, mulheres, homossexuais, moradores de bairros populares, negros, por exemplo) ocasionados pela abertura política e redemocratização (BRITO, 2013, 2016).

Como consequência desta movimentação social, uma geração pioneira de ativistas surdos, oriundos de associações locais, que ainda não haviam exercido papel político na luta por direitos para este grupo, sofreram grandes influências ao se engajarem no movimento de pessoas com deficiência que se iniciou no final da década de 1970 e cresceu exponencialmente após a promulgação por parte da Organização das Nações Unidas (ONU), do ano de 1981 como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD) sob a divisa de participação plena em igualdade de condições (CRESPO, 2009; LANNA; JUNIOR 20010 *apud* BRITO, 2016).

Em princípio não havia uma demanda específica do movimento surdo para o reconhecimento oficial da língua de sinais empregada por milhares de pessoas surdas, uma vez que na época havia um grande estigma e preconceito com relação a essa forma de se comunicar das e com as pessoas surdas (BRITO, 2016).

A campanha para oficialização dessa forma de comunicação - ou seja, a língua de sinais - que objetivou buscar por força de lei o reconhecimento social e jurídico que lhe havia sido historicamente negado, ganhou forças apenas ao longo dos anos 1990. Esta demanda se justificou pela garantia de cidadania e igualdade de oportunidades em relação aos ouvintes, em especial através do direito à plena comunicação nas várias esferas sociais (BRITO, 2016).

Desse modo, quando as pessoas surdas passam a reivindicar a presença de intérpretes de Libras em serviços públicos essenciais, lutam pelo direito de participação plena em igualdade de condições, conforme o lema adotado ao longo do Ano Internacional das Pessoas com Deficiência (AIPD), mas não há ainda naquele momento a pauta para que houvesse o reconhecimento de particularidade linguística ou cultural das pessoas surdas (BRITO, 2016).

Reivindicando a cidadania plena o grupo Surdos Venceremos, liderado pelo ator e ativista surdo Nelson Pimenta de Castro, organizou uma passeata que mobilizou cerca de duas mil pessoas, surdas e ouvintes, na orla da Praia de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro, no dia 25 de setembro de 1994. Este acontecimento se tornou um marco para o avanço do movimento social surdo no Brasil, devido à quantidade de participantes e as produções culturais presentes, como cartazes, faixas, vídeos, slogans e símbolos relacionados à defesa dos direitos dos surdos e a valorização da língua de sinais. (BERENZ, 2003 apud BRITO, 2016).

Outras produções defendendo a valorização da língua de sinais também foram realizadas, a exemplo do documento *As Comunidades Surdas Reivindicam seus Direitos* (FENEIS, 1993), escrito e divulgado pela “Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), uma organização fundada por ativistas surdos na cidade do Rio de Janeiro em 1987 e desde então comandada por estes” (BRITO, 2016, p. 767). Neste documento, cuja produção foi coordenada pela linguista Tanya Amara Felipe, defende-se a tese de que as línguas de sinais são naturais, completas e equivalentes do ponto de vista gramatical as línguas orais (BRITO, 2016), portanto, os surdos brasileiros sendo usuários de uma língua de sinais se constituem em membros de uma minoria linguística e cultural, devendo ser reconhecidos pela sociedade e pelo Estado (FENEIS, 1993).

Foi com o passar dos anos, na segunda metade da década de 1990, que as ideias publicadas neste documento foram sendo apropriadas pelos ativistas surdos em diferentes regiões do país, tornando-se gradativamente na pauta principal da comunidade surda que viria a ser a base da construção pela reivindicação de uma identidade coletiva do movimento, assim como a produção cultural e interpretações sobre a surdez e a língua de sinais partilhados entre seus membros.

A justificativa para a oficialização da Libras passou a ser o seu estatuto linguístico e por se tratar de uma língua viso-espacial, representa um elemento constitutivo e produtor da cultura e identidade surdas. Após essa mudança de paradigmas a oficialização não era mais motivada pela cidadania e igualdade de oportunidades, mas por identidade e direitos linguísticos e culturais.

Utilizando-se do novo discurso, contudo sem abdicar a luta por cidadania, ativistas do movimento surdo ligados a Feneis e a Federação Nacional de Pais e Amigos dos Surdos (Fenapas) decidiram levar a campanha de oficialização da Libras ao Congresso Nacional, buscando uma lei que reconhecesse a língua de sinais no país como língua em nível nacional.

Após várias tentativas e reuniões sem sucesso, esses ativistas conseguiram o apoio de alguns parlamentares federais a essa causa, que levou a apresentação de um projeto de lei a esse respeito no plenário do Senado, no ano de 1996. Assim, foram quase seis anos de tramitação pelas duas Casas legislativas do Congresso Nacional (BRITO, 2016).

Durante o desenrolar destes eventos, utilizou-se várias estratégias para convencer os parlamentares a votarem a favor da lei de Libras, como manifestações em frente ao Congresso, convite para eventos culturais produzidos pelo movimento, como a I Conferência dos Direitos e Cidadania dos Surdos do Estado de São Paulo e o I Festival de Arte e Cultura Surda, e em 2001, em Brasília, além de abaixo-assinados. Pressões como esta foram importantes para que “no dia três de abril de 2002, o projeto da lei de Libras, Nº 10.436/05, fosse aprovado pelo Senado, para logo depois ser encaminhado à sanção presidencial, a qual se deu no dia 24 de abril seguinte” (BRITO, 2016, p. 768). Desse modo, como salientado por Brito (2016),

A análise do percurso de aprovação dessa lei evidencia o protagonismo dos ativistas surdos, pois, antes de qualquer coisa, a própria ideia da necessidade de se ter uma lei para reconhecer legalmente a Libras em âmbito nacional foi uma criação do movimento surdo, no sentido que emergiu das interações sociais e produções culturais ocorridas entre os seus membros. (BRITO, 2016, p. 768)

Conforme vimos acima, houve um grande processo de reivindicações e lutas por parte da comunidade surda, desde a criação de leis até a luta contra o estigma social existente sobre a surdez. No entanto, a ausência de dados oficiais sobre a violência praticada contra pessoas surdas (inclusive na atualidade) implica em uma maior dificuldade ou até mesmo na impossibilidade da criação de projetos e ações que buscam lidar com o problema proposto. É necessário que tal adversidade seja datada oficialmente para que ocorram estudos e debates tanto a nível legal, quanto a nível popular. A seguir apresentarei o processo análogo de surgimento do movimento de travestis e transexuais no Brasil.

4 O Movimento Trans¹¹ no Brasil

A transgeneridade na cultura atual, dentro dos parâmetros que regem as identidades de gêneros, é compreendida como uma condição possível de indivíduos adotarem uma identidade de gênero, masculina, feminina ou não binária, distinta daquela que concorda com suas características biológicas designada ao seu nascimento (MODESTO, 2013). No entanto, este conceito se modificou diversas vezes ao longo da história. A princípio o termo travesti era utilizado para nomear homens gays afeminados, sendo adotado em alusão a um “estado ou condição momentânea”, como “estar travesti” ou “o travesti” (no sentido de se estar travestido). Nesse sentido, o termo carregava em si diversos estigmas dentro da sociedade (CARVALHO; CARRARA, 2013).

O movimento homossexual pode ter se constituído através de identidades coletivas e distintas, pois assim poderia englobar outras categorias. As travestis foram incluídas sem que estas afetassem a visão que se tem da identidade homossexual ou gay. Este processo só acontece após a opção de políticas identitárias começar a se consolidar, fazendo assim que travestis surjam como sujeitos políticos (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Historicamente, parece haver dois modos principais de organização de travestis no Brasil. Conforme Carvalho e Carrara (2013) estas surgem,

Da sua auto-organização, geralmente em resposta à violência policial nos locais de prostituição; outras, a partir da ação de ONGs vinculadas ao movimento homossexual ou ao movimento de luta contra a AIDS, através de projetos de prevenção junto à população de travestis profissionais do sexo (CARVALHO; CARRARA, 2013, p. 325).

Apenas no início dos anos 1990 apareceram as organizações propriamente ativistas, exemplificado por Carvalho e Carrara (2013):

No dia 2 de maio de 1992, no Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER), um grupo de travestis que se prostituía na Praça Mauá, região portuária da cidade do Rio de Janeiro, reuniu-se para formar a primeira organização política de travestis da

¹¹ Neste texto, usarei o termo “trans” se referindo as seguintes identidades, homens/mulheres transexuais, travestis e pessoas não binárias.

América Latina e a segunda do mundo, de acordo com Jovanna Baby (CARVALHO; CARRARA, 2013, p. 326).

Devido a uma grande necessidade de organização das travestis contra a violência policial do Rio de Janeiro, principalmente nos pontos tradicionais de prostituição na cidade, surgiu a Associação das Travestis e Liberados¹² do Rio de Janeiro (ASTRAL). As primeiras ações da ASTRAL foram voltadas para impedir prisões indiscriminadas de travestis do Rio de Janeiro, assim ganhando uma repercussão na mídia (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Com as mudanças políticas em relação a epidemia de AIDS, motivadas pela elaboração do conceito de “vulnerabilidade”, que marca os anos 1990, as travestis passaram a considerar como objetivo das mobilizações políticas outros aspectos de suas vidas, além do acesso à informação, aos insumos de prevenção e ao tratamento médico (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Em 1993 a ASTRAL organizou o I Encontro Nacional de Travestis e Liberados, que viria a se chamar ENTLAIDS, sob o slogan de “Cidadania não tem roupa certa”. Conforme Carvalho e Carrara (2013),

Este encontro contou com 95 participantes de cinco estados. A partir dele surgiram outras organizações, como o Grupo Esperança em 1994, em Curitiba; a Associação das Travestis de Salvador (ATRAS) em 1995; o grupo Filadélfia também em 1995, em Santos; o grupo Igualdade, em Porto Alegre; e a Associação das Travestis na Luta pela Cidadania (Unidas), de Aracajú, ambos em 1999 (CARVALHO, CARRARA, 2013, p. 328).

Assim como o caso da ASTRAL, muitas outras Organizações Não-Governamentais (ONGs) que surgiram posteriormente eram capazes de oferecer uma possibilidade concreta de travestis se constituírem no campo político e jurídico, através de cursos de capacitação e financiamento de projetos (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Graças a mudanças como a expressa acima, as travestis tiveram a possibilidade de formarem o movimento nacional de travestis com o surgimento da Rede Nacional de Travestis e Liberados (RENTRAL), que futuramente veio a se chamar RENATA (Rede Nacional de

¹² O termo “liberados” se referia a “gays, lésbicas e pessoas simpatizantes, também podendo se referir a homens que namoravam, casavam com transexuais e travestis. (CARVALHO; CARRARA, 2013)

Travestis), que por volta de dezembro de 2000 contava com mais de 80 organizações afiliadas, “configurando-se como a maior rede de travestis e transexuais da América Latina” (CARVALHO; CARRARA, 2013, p. 328-329).

A partir da quarta edição o encontro passou a ser financiado pelo então Programa Nacional de DST-AIDS, tendo o nome alterado para Encontro Nacional de Travestis na Luta contra a AIDS (ENTLAIDS). Atualmente o encontro é chamado de Encontro Nacional de Travestis e Transexuais.

No final dos anos 1990 e início dos anos 2000, em meio ao debate sobre a presença da letra T na sigla LGBT, que até o momento representava travestis, durante essas discussões foi proposto o termo transgênero para abarcar ambos travestis e transexuais. Além dos termos previamente citados surgiu uma nova expressão advinda da sexologia. O termo “identidade de gênero” foi importante pois marcou a distinção entre as identidades, de um lado travestis e transexuais, do outro, gays, lésbicas e bissexuais.

O termo “identidade de gênero” se tornou um elemento fundamental da distinção identitária entre travestis e transexuais, identidades advindas de experiências de não adequação ao gênero imposto socialmente, de um lado, enquanto Gay, lésbicas e bissexuais com suas experiências derivadas de vivências baseadas na atração sexual e desejo sexual do outro lado. Enquanto o primeiro grupo realizava suas reivindicações ao redor da identidade de gênero, o segundo o fazia por questões referentes à orientação sexual (CARVALHO; CARRARA, 2013).

No final do ano de 2005, em Brasília, um grupo de travestis organizou o I Encontro Nacional de Transexuais, o qual contou com a participação de cerca de 30 lideranças nacionais. Neste evento, nutrido por um forte discurso de protagonismo político, é fundado o Coletivo Nacional de Transexuais (CNT). Segundo Carvalho e Carrara (2013), muitas das ativistas envolvidas na criação da CNT optaram por um afastamento do movimento LGBT, buscando um pertencimento no espaço de políticas para mulheres, como a participação no “Plano de Enfrentamento da Feminização da AIDS e outras DSTs”.

Este processo fez o surgimento da expressão “mulheres que vivenciam a transexualidade”, que chegou a ser utilizado pelo então ministro da Saúde, José Gomes Temporão, na abertura da I Conferência Nacional GLBT, em 2008.

Com o avanço da disponibilidade de cirurgias e métodos de “mudança de sexo” nos serviços públicos, a categoria transexual começou a se constituir como uma identidade política

diferente das travestis. Enquanto as organizações de travestis surgem do binômio Violência Policial – AIDS, as organizações exclusivamente transexuais surgem da relação entre pessoas que buscam explicar o fenômeno da transexualidade. Nesse sentido, como apontam Carvalho e Carrara (2013),

A noção de travestis e transexuais como população-alvo de uma política pública, mesmo que operada através de uma ONG, abre a possibilidade de considerá-las como cidadãs. Todavia, isso só parece ser possível, até hoje, através dos financiamentos relacionados às políticas de enfrentamento da epidemia da AIDS. (CARVALHO; CARRARA, 2013, p. 343)

A campanha “Travesti e Respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos. Em casa. Na boate. Na escola. No trabalho. Na vida”, lançada em 29 de janeiro de 2004 pelo então Ministério da Saúde, foi um exemplo deste processo, sendo a primeira de uma série de ações realizadas pelo movimento de travestis e transexuais em conjunto com o departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais do Ministério, que ultrapassam a questão da saúde.

Em consequência do lançamento desta campanha, o dia 29 de janeiro passou a ser comemorado pelo movimento como o “Dia da Visibilidade Trans”, sendo que são organizadas manifestações das diversas ONGs de travestis pelo país. A data “destoa da escolha do dia 28 de junho como dia do ‘Orgulho Gay’, pois não marca uma batalha de resistência, mas um momento simbólico de reconhecimento do movimento de travestis e transexuais pelo poder público” (CARVALHO; CARRARA, 2013, p. 343-344).

Ao que parece, o movimento de travestis e transexuais surgiu de uma espécie de “empoderamento tutelado”, tendo em vista que os elementos discursivos e a práxis deste movimento foi construído através da relação com diversos atores, como lideranças gays e lésbicas, agentes governamentais e profissionais de saúde vinculados aos programas de prevenção a AIDS (CARVALHO; CARRARA, 2013). Ainda de acordo com os autores,

Se, por um lado, figuram em primeiro lugar nas estatísticas de vitimização da população LGBT, são consideradas estratégicas como meio de angariar recursos de programas relacionados à AIDS, e são elementos visuais importantes em diversas manifestações do movimento; por outro lado, são também por diversas vezes diminuídas em sua participação nos espaços de direção política do movimento LGBT. (CARVALHO; CARRARA, 2013, p. 345)

Como citado no trecho acima, pessoas trans estão em primeiro lugar nas estatísticas de vitimização da população LGBT. Em relação aos dados sobre a violência contra pessoas trans, a ANTRA sistematiza os dados referentes a homicídios e tentativas de homicídios contra pessoas trans (ANTRA, 2021). Apesar de conquistas relevantes, o Brasil ainda situa em primeiro lugar da lista de países que mais matam pessoas trans, segundo dados produzidos pela *Transgender Europe*¹³ (TGEU) através do grupo *Trans Respect Vs Transphobia*¹⁴ (TvT), entre outubro de 2020 e setembro de 2021, no Brasil ocorreram 125 assassinatos de pessoas trans. Este projeto é conhecido como *Trans Murder Monitoring* (TMM) e vem sendo realizado desde o ano de 2016. É notável que a transfobia é um problema ainda pertinente no Brasil.

Ao longo da história do movimento é possível encontrar diversas casas de apoio voltadas tanto para pessoas trans, quanto para LGBTQIA+ no geral. Como exemplo, temos o Palácio das Princesas, que foi uma casa de apoio para pessoas vulneráveis que não possuíam suporte ao ficarem doentes, sobretudo era voltada para travestis e LGBTQIA+, durante a epidemia da AIDS/HIV no Brasil. A casa foi fundada em 1985 pela travesti Brenda Lee (CAVALCANTI; BARBOSA; BICALHO, 2018).

Outro exemplo é a Casa Nem, uma casa de acolhimento para população LGBTQIA+ que se encontra em situação de vulnerabilidade e situação de rua, que foi idealizada pela mulher trans Indianarae Alves Siqueira em 2016 (FRANCELINO, 2021).

Em Araraquara (interior do estado de São Paulo), conforme noticiado pelo site G1 em 2019¹⁵, houve a fundação de uma casa de abrigo e acolhimento para pessoas LGBTQIA+ que foram expulsas de casas, segundo a assessora de Políticas LGBTQIA+ de Araraquara, Filipa Brunelli. Esta é a primeira casa de acolhimento para a comunidade que é financiada pelo poder público.

As casas de acolhimento se constituem primeiramente para suprir a falta de suporte da família que essas pessoas possuem. São iniciativas que em sua maioria partem da comunidade

¹³ Disponível em: <https://tgeu.org>. Acesso em: 07/06/2022.

¹⁴ Disponível em: <https://transrespect.org/en/>. Acesso em: 07/06/2022.

¹⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2019/07/10/araraquara-vai-criar-um-abrigo-para-acolher-lgbts-que-foram-expulsos-de-casa-em-2020.ghtml>. Acesso em: 01/06/2022.

trans e se constituem como Organizações não Governamentais (ONGs), portanto sobrevivem a partir de doações e ajudas da população em geral.

Referente ao Estado e legislações, a transfobia é um considerada como um crime de racismo desde 2019, criando assim um código penal referente a condutas transfóbicas (PICCOLI, 2019) resultado do movimento de diversas organizações como Grupo Gay da Bahia e a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PICCOLI, 2019). Outro passo importante para as pessoas transexuais foi o decreto N° 8727, de abril de 2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (BRASIL, 2016).

Nos dois capítulos anteriores apresentei as características históricas de ambos os movimentos sociais, no entanto não realizei o movimento de aproximação e afastamento de ambos, esta análise será realizada no seguinte capítulo, observando principalmente o que a origem destes movimentos nos revela, assim como entender como as associações foram de suma importância para os dois. Além destas duas reflexões principais, apresentarei outras suposições desenvolvidas a partir das ideias expressas anteriormente no texto.

5 Aproximações, afastamentos: análises e algumas considerações

Após apresentar os dados referentes a história de ambos os movimentos de pessoas trans e de pessoas surdas, farei um exercício de analisar as possíveis aproximações e afastamentos entre as pautas, reivindicações e lutas para as existências dignas presentes nos discursos e ações de ambos os movimentos. Para tal análise, *a priori*, é preciso compreender que os movimentos sociais são locais onde se constroem novos saberes através das vivências de povos marginalizados (GOHN, 2011).

Estes saberes que surgem no interior dos grupos resistentes às forças hegemônicas que operam em opressões e apagamentos da diversidade de modos de existir e se constituir podem ser chamados de epistemologias do sul, definidas por Boaventura de Sousa Santos (2019) como “a produção e a validação de conhecimentos nas experiências de resistência de todos os grupos sociais que têm sido sistematicamente vítimas da injustiça, da opressão e da destruição causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado.” (p. 17)

É importante salientar que o termo “sul” aqui expresso não representa o sul geográfico/global, apenas. A expressão foi cunhada para representar os conhecimentos produzidos pelos povos e grupos que foram e são marginalizados através do neoliberalismo, capitalismo, xenofobia, colonialismo, patriarcado e demais formas de opressão (SANTOS, 2019). Neste trabalho, trago o ouvintismo como uma dessas formas hegemônicas de opressão e compreendo os surdos como um grupo marginalizado na esteira do proposto por Santos (2019) - assim como a Libras encarada como uma língua subalterna ou “menor” quando comparado com a língua portuguesa. Em consonância com Skliar (2016) utilizo o termo ouvintismo para nomear a violência direcionada às pessoas surdas baseada na deficiência auditiva como um “problema” biológico a ser corrigido.

Ao falar de epistemologias do sul, evoco ainda o conceito de ecologia de saberes como uma ferramenta para observar e analisar os saberes de determinada luta social e traduzi-los para lutas de outros grupos/movimentos sociais (SANTOS, 2019). Nesse sentido, proponho pensar sobre como as reivindicações do povo surdo, por um lado, e das pessoas trans, por outro, constroem (ou poderiam construir) uma ecologia de saberes - baseada em princípios de horizontalidade em que diferentes saberes reconhecem as diferenças entre si de um modo não hierárquico - para uma luta conjunta e com outros movimentos sociais “envolvidos em processos de luta ou resistência menos avançados” (SANTOS, 2019, p. 123).

Nessa direção, é preciso considerar que existem dois momentos importantes para a constituição de uma ecologia de saberes: o primeiro momento é caracterizado pela identificação dos conhecimentos aplicados a um dado movimento social que poderão destacar aspectos importantes de uma luta, como o contexto, as reivindicações, grupos sociais envolvidos e afetados, riscos e oportunidades, etc. (SANTOS, 2019). O segundo momento trata-se de uma tradução intercultural para garantir a inteligibilidade destes conhecimentos por outros grupos/movimentos sociais (SANTOS, 2019).

Desse modo, e na compreensão que os saberes de cada um dos movimentos sociais podem, também operar baseados na reciprocidade, ou seja, que diferentes saberes incompletos se reforçam através do estabelecimento de complementaridade entre si (CABELLO, 2021), trabalho aqui com os saberes aplicados nos movimentos sociais de pessoas trans e de pessoas surdas. Ambas as lutas possuem um início análogo, ou seja, surgiram no Brasil durante a década de 1990, sendo que nesta época o país passava por um processo de redemocratização, após Constituinte de 1988, o que deu início a um processo de inserção de instituições e organizações sociais na política brasileira através de experiências como o Orçamento Participativo e conselhos gestores (CARLOS, 2011).

Somando-se a este início semelhante, ambos os movimentos sociais surgiram a partir de um outro movimento social: se por um lado o movimento das pessoas surdas surgiu como uma ramificação do movimento de pessoas com deficiência (BRITO, 2013), o movimento de travestis e transexuais, por sua vez, teve seu surgimento atrelado ao movimento dos homossexuais (CARVALHO; CARRARA, 2013). Este fato tem o potencial para indicar a situação de invisibilidade de ambos os grupos, pessoas trans e pessoas surdas, dentro da sociedade brasileira, uma vez que, a partir dessa constituição inicial, compreendemos que essas pessoas são as marginalizadas dentre os marginalizados. Essa dupla marginalização nos leva a pensar um limbo existencial entre o humano e o inumano/monstro.

Utilizo aqui a categoria de monstro conforme proposta por Jorge Leite Junior (2012), esta categorização representa um pensamento, tentativa de existência ininteligível para as regras de uma sociedade. Atualmente as pessoas trans vivem neste "limbo" entre a "obra do demônio" e o "doente". Estes termos são comuns de se ouvir direcionados a travestis e demais populações trans, porém o que eles implicam? Pessoas trans existem neste binômio de perversão X patologia, muitos as veem como alguma forma de desvio de caráter e moral (JUNIOR, 2012). Enquanto do outro lado a ciências médicas trataram as identidades trans como uma forma de

patologia, segundo o site das Nações Unidas¹⁶ apenas no ano de 2019 a transexualidade foi retirada da lista de doenças mentais.

A surdidade, por sua vez, possui seu próprio binômio: existem duas principais visões da surdez, a visão médico-patológica e a visão sociocultural (GESSER, 2008). A visão da surdez como patologia constrói uma compreensão dos sujeitos surdos como alguém que possui um déficit, uma falta, e essa visão faz com que muitos compreendam a experiência da surdez como um defeito a ser corrigido, sendo que essa correção visa a “normalização” da pessoa surda (GESSER, 2008). A outra forma de se entender a surdez é baseada nos estudos surdos, uma área que estuda a cultura surda, e possui a surdez caracterizada pela diferença linguística e cultural. Ao contrário de uma concepção médica/patológica, essa diferença não é má vista, ela gera e potencializa as experiências específicas da cultura surda (GESSER, 2008).

Assim, propus com este trabalho, aproximar os debates sobre a surdidade na direção do que, como exposto, compreendi ser semelhante quando discutimos e pensamos sobre a transexualidade, ou seja, ambas as formas de existências buscam romper com a visão médica patológica, que atualmente, ocupa um lugar hegemônico nos paradigmas da surdez (GESSER, 2008) e também do campo da transexualidade (ÁRAN, 2006). Os ouvintes, atualmente, compreendem a palavra “surdo” como sendo algo pejorativo, enquanto a expressão “deficiente auditivo” seria algo mais polido e educado (GESSER, 2008). No entanto, esse pensamento é equivocado, o movimento surdo em sua maioria utiliza o termo “surdo” para romper com a visão médica (GESSER, 2008). Já no que diz respeito ao movimento de pessoas trans, a história da transexualidade nas ciências médicas e sexuais tem sua origem na patologia, na perversão sexual e no desvio de moral e caráter, as travestis, transexuais e intersexuais são identidades que derivam do “hermafrodita”, uma figura tida como entre o humano, sendo ininteligível pela sociedade, estando assim a parte da mesma, constituindo essas identidades como perversões sexuais e monstruosas (JUNIOR, 2012). Esse paradigma das ciências médicas só veio a mudar no ano de 2019, quando segundo o site das Nações Unidas a transexualidade deixou de caracterizar uma patologia.

Considerando ainda o percurso histórico dos dois movimentos sociais, é perceptível a importância que as associações tiveram. A ANTRA, atualmente a mais importante associação de transexuais no Brasil, organiza sistematicamente a principal fonte de informação sobre a violência cometida contra pessoas trans no Brasil. A existência de dados estatísticos concretos

¹⁶ Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/83343-oms-retira-transexualidade-da-lista-de-doencas-mentais>.

sobre a violência transfóbica permite que haja uma análise clara e criação de políticas públicas que busquem sanar o problema expresso.

Assim como no movimento trans, a criação de associações e promoção de debates políticos podem auxiliar no enfrentamento da violência contra o povo surdo. Em casos extremos, a criação e organização de uma comunidade e rede de suporte pode garantir a integridade física e mental dessas pessoas e também de seus familiares, podendo ser na forma de associações de surdos ou casas de acolhimento, minimizando as consequências causadas pelos atos de violência. É importante entender que estas ações isoladamente não são capazes de findar a violência ou suas consequências, mas têm o objetivo de aliviar a aflição provinda do preconceito, juntamente com ações voltadas para a criação de leis e suporte legal contra o ouvintismo.

Seguindo com a temática de associações, elas tiveram um papel importante para que travestis, após a epidemia de AIDS, pudessem pensar e se constituir como sujeitos possuidores de identidades para além do âmbito da saúde e segurança (CARVALHO; CARRARA, 2013). Por sua vez, com a luta das associações de surdos, a legislação que hoje determina a educação bilíngue no país, por exemplo (Lei 10.436/2002 e Decreto 5.626/2005) destaca o reconhecimento da Libras e das especificidades dos surdos no direito à educação. Nesse sentido, ainda mais recente, foi o reconhecimento da educação bilíngue de surdos como uma modalidade de ensino prevista na Lei de Diretrizes e Bases (Lei 14.191, de 2021).

Portanto, reconhecendo as especificidades do que reivindica e luta cada movimento social e na compreensão de uma horizontalidade e reciprocidade entre ambos os caminhos de luta, sofrimento e vulnerabilidade (ou seja, de que não há “maior” ou “menor” direito ou sofrimento, mas histórias e modos de ser e existir que são específicos mas que podem se interseccionar), pretendi com este trabalho iniciar um diálogo entre os movimentos surdo e transgênero para estabelecer laços de amizade (CABELLO, 2021), ou seja, de propor, mesmo que ainda bastante inicialmente, “formas de construir pontes e alianças com outros movimentos e até mesmo como forma de lidar com as burocracias judiciais ou administrativas do Estado” (SANTOS, 2019, p. 123).

Nesse sentido, “considero que buscar a ecologia de saberes de que fala Boaventura de Sousa Santos (2019) seja urgente para (re)construir, de forma coletiva e cooperativa, os *conhecimentos-na-luta*, a partir do compartilhamento das experiências de quem vive diferentes opressões no corpo - a *opressão na carne*” (CABELLO, p. 194, 2021).

Retomo a expressão *opressão na carne* dita por Cabello (2021), para indicar as aproximações de ambos os movimentos sociais com a minha vivência de profissional intérprete de Libras. Por ser uma pessoa trans não binária, estou sujeite¹⁷ as diversas opressões e dificuldades vivenciadas e expostas neste trabalho. Acrescento a importância da militância trans para a minha presença e permanência como pessoa trans no ensino superior, a garantia do nome social é um fator importante para pessoas trans no âmbito acadêmico (SCOTE; GARCIA, 2020). Enquanto ao movimento surdo, este marca minha trajetória ao reivindicar a presença de intérpretes em repartições públicas e demais instituições, fazendo assim o surgimento de cursos de formação de intérpretes em nível superior (CAMPELLO; REZENDE, 2014).

¹⁷ Aqui utilizarei a linguagem neutra para se referir a mim como ferramenta política onde reforço minha identidade de pessoa que não se encaixa no binário de gênero existente na língua portuguesa. Em consonância com o texto e as escolhas feitas ao longo da pesquisa, sinto a necessidade de reforçar minha identidade interseccional, demarcando o cruzamento entre pesquisadore acadêmico e ativista revolucionária pertencente ao movimento trans. Para um conhecimento mais aprofundado da gramática proposta para a linguagem neutra indico o seguinte site como referência Guia para “Linguagem Neutra” (PT-BR) disponível em: <https://medium.com/guia-para-linguagem-neutra-pt-br/guia-para-linguagem-neutra-pt-br-f6d88311f92b>. Acesso em: 01 set. 2022.

Referências Bibliográficas

ARÁN, Márcia. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, [S.L.], v. 9, n. 1, p. 49-63, jun. 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1516-14982006000100004>.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade** / Carla Akotirene. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara. Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). **Boletim N° 002-2021**. Disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/>. Acesso em: 19 nov. 2021.

BRASIL. Lei nº 10436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 23, 25 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 26 ago. 2022.

BRASIL. Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 28, 23 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm#art1. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, n. 81, p. 1, 29 abr. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm. Acesso em: 26 ago. 2022.

BRASIL. Lei nº 14.191, de 03 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. **Diário Oficial da União**: seção 1, n. 146, Brasília, DF, p. 1, 04 ago. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-14.191-de-3-de-agosto-de-2021-336083749>. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRITO, Fábio Bezerra de. O Movimento Surdo no Brasil: A Busca Por Direitos. **Journal Of Research In Special Educational Needs**, [S.L.], v. 16, p. 766-769, ago. 2016. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/1471-3802.12214>.

BRITO, Fábio Bezerra de. **O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais**. 2013. 275 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BRITO, Ires dos anjos.; MEDEIROS, Jonatas Ribeiro; BENTO, Nanci Araújo; RODRIGUES, Nayara. Que corpo é esse? Literatura negra surda, interseccionalidades e violências. **ODEERE**, v. 6, n. 01, jan./jun., p. 209-232, 2021.

CABELLO, Janaina. **Cartografia das (re)territorializações no movimento social surdo no Brasil atual**: (des)caminhos para as pedagogias surdas como devir. 2021. 1 recurso online (249 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação,

Campinas, SP. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1162227?guid=1647885693101&returnUrl=%2Fresultado%2Flistar%3Fguid%3D1647885693101%26quantidadePaginas%3D1%26codigoRegistro%3D1162227%231162227&i=1>. Acesso em: 26 ago. 2022.

CAMPELLO, Ana Regina; REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. **Educar em Revista**, [S.L.], n. - 2, p. 71-92, 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.37229>. Acesso em: 23 fev. 2022.

CARLOS, Euzenia. Movimentos Sociais: Revisitando A Participação E A Institucionalização. **Lua Nova**, São Paulo, 84: 353-364, 2011.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direito a um futuro trans: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, [S.L.], n. 14, p. 319-351, ago. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1984-64872013000200015>.

CAVALCANTI, Céu; BARBOSA, Roberta Brasilino; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. Os Tentáculos da Tarântula: abjeção e necropolítica em operações policiais a travestis no Brasil pós-redemocratização. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.L.], v. 38, n. 2, p. 175-191, 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000212043>.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

DENARI, Fátima Elisabeth; COLOMBO, Isabella Mota. Revisão de literatura: surdez e identidades interseccionais. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 26, e215287, 2021. <https://doi.org/10.24220/2318-0870v26e2021a5287>.

Feneis – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. **As comunidades surdas reivindicam seus direitos linguísticos**. Rio de Janeiro, 1993.

FRANCELINO, Pâmela. **(Des)Marginalização E Novos Movimentos Sociais**: um estudo sobre a casa nem/ rj. 2021. 82 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Públicas, Departamento de Ciências da Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria, Frederico Westphalen, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Terra e Paz, 1996.

GAVÉRIO, Marco Antonio. Nada sobre nós, sem nossos corpos!: o local do corpo deficiente nos disability studies. **Revista Argumentos**, Montes Claros, v. 14, n. 1, p. 95-117, jan/jun 2017.

GESSER, Audrei. Do patológico ao cultural na surdez: para além de um e de outro ou para uma reflexão crítica dos paradigmas. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, [S.L.], v. 47, n. 1, p. 223-239, jun. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-18132008000100013>.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 47, n. 16, p. 333-361, maio/ago 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 set. 2020.

JUNIOR, Jorge Leite. Transitar para onde?: monstruosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 559-568, maio/ago 2012.

KYRILLOS, Gabriela M. Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 28, n. 1, p. 1-12, 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n156509>.

MAIO, Iadya Gama; GUNGEL, Maria Aparecida. **Violência contra a Pessoa com Deficiência é o Averso dos Direitos Consagrados nas Leis e na Convenção da ONU**. AMPID, 2009. Disponível em: http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/MGugel_Iadya_Violencia_Deficiente.php. Acesso em: 01 jun. 2022.

MODESTO, Edith. Transgeneridade: um complexo desafio. **Via Atlântica**, [S.L.], v. 1, n. 24, p. 49-65, 24 dez. 2013. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/va.v0i24.57215>.

PAVIANI, Jayme. O Ensaio como Gênero Textual. **V Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais**. RS, Brasil. ago. 2009. ISSN: 1808-7655.

PICCOLI, Lucas Ferreira. A Criminalização Da Homofobia/Transfobia E O Racismo Estrutural. **Revista Transgressões**, [S.L.], v. 7, n. 02, p. 119-136, 15 fev. 2020. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. <http://dx.doi.org/10.21680/2318-0277.2019v7n02id18661>.

PERLIN, Gladis T.T.. **O ser e o estar sendo surdos**: alteridade, diferença e identidade. 2003. 156 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

RAMOS, Aura Helena. Educação em Direitos Humanos: Local da Diferença. **Revista Brasileira de Educação**, pág. 191/272. v. 16. n.º. 46. jan./abr. 2011.

REIS, Neilton dos; PINHO, Raquel. Gêneros Não-Binários: identidades, expressões e educação. **Reflexão e Ação**, [S.L.], v. 24, n. 1, p. 7-25, 28 abr. 2016. APESC - Associação Pro-Ensino em Santa Cruz do Sul. <http://dx.doi.org/10.17058/rea.v24i1.7045>.

RIOS, Flávia; PEREZ, Olívia; RICOLDI, Arlene. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.22 n.40, p.36-51, jan./jun. 2018.

RUIZ, Melissa Salinas. Subvertendo as fronteiras de gênero: gênero não binários. **Research, Society and Development**, [S.L.], v. 10, n. 2, p. 1-9, 27 fev. 2021. Research, Society and Development. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i2.12801>.

SANTOS, Boaventura de Souza. **O Fim do Império Cognitivo**: A afirmação das epistemologias do sul. Autêntica, SP. 2019.

SAWAIA, B. Fome de felicidade e de liberdade. In: **Muitos lugares para aprender**/Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária -CENPEC – São Paulo: Unicef, 2003.

SCOTE, Fausto Delphino; GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Trans-formando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas trans no ensino superior. **Perspectiva**, [S.L.], v. 38, n. 2, p. 1-25, 16 jun. 2020. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795x.2020.e65334>.

SKLIAR, Carlos. **A Surdez: Um olhar sobre as diferenças**. - 8 ed. - Mediação, Porto Alegre. 2016.

SKLIAR, C. **A escuta das diferenças**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2019.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A Pesquisa Bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, [s. l], v. 43, n. 20, p. 64-83, 2021.

STROBEL, Karin Lilian. **Surdos: Vestígios Culturais não Registrados na História**. Florianópolis, 2008. Tese de Doutorado em Educação – UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina.

TGEU. **TVT TMM Update: Trans Day of Remembrance**. Disponível em: https://transrespect.org/wp-content/uploads/2021/11/TvT_TMM_TDoR2021_SimpleTable.pdf.

TIBURI, Márcia. **Feminismo em comum**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

VERBICARO, Loiane Prado. Reflexões Acerca Das Contradições Entre Democracia E Neoliberalismo. **Revista Direito Público**, Brasília, DF, v. 18, n. 97, p. 23-51, jan./fev. 2021. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/5115>. Acesso em: 21 mar. 2022.

VIEIRA, Ana Gabriela da Silva; CAETANO, Marcio Rodrigo Vale. SILVA; José Rodolfo Lopes da. “Flutua”: saberes, experiências e direito de existência queer surda nas discursividades de um clipe musical. **Revista de Educación**, [s. l], v. 252, p. 35-52, jan. 2022. 3 Por Ano. Disponível em: https://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/r_educ/article/view/5832/6012. Acesso em: 26 jan. 2022.